



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Administração

PROCESSO: PA-PRO-2022/01202

Parecer Jurídico nº 146/2022

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE.

EMENTA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.
LEI Nº 8.666/93.

1. Contratação de curso "Análise e Avaliação das Demonstrações Contábeis do Setor Público à Luz da Auditoria Contábil-Financeira";
2. Ausência da necessidade de publicação, em virtude do valor;
3. Prosseguimento do processo.

Senhora Secretária,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Controle Interno, para inscrição de 3 (três) servidores, no curso "Análise e Avaliação das Demonstrações Contábeis do Setor Público à Luz da Auditoria Contábil-Financeira", ofertado pela empresa 3RCAPACITA, especializada em capacitação e treinamento, na modalidade tele presencial, a realizar-se nos dias 27 de junho a 01 de julho de 2022.

2. A ação educacional sugerida tem por objetivo a contratação de empresa especializada em capacitação e treinamento, de renome, elevada qualificação e notável saber do docente que ministrará o curso, para conduzir o evento descrito no Projeto Acadêmico, que faz parte integrante e indissociável do Termo de Referência (fls. 14/26), no período, carga horária e condições especificados nos referidos documentos.

3. Convém destacar que a contratada possui habilitação jurídica; qualificação técnica; e regularidade trabalhista e fiscal, conforme certidões e documentos anexos.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Administração

4. O Curso terá carga horária de 20 h/a (vinte horas) e será ministrado na modalidade de ensino à distância – EAD em ambiente virtual acadêmico, nos dias 27 de junho a 01 de julho de 2022.

5. O valor global do investimento será de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais), referente ao valor de 3(três) vagas no curso, cujo valor unitário é R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

6. Consta no termo de referência, às fls. 23 dos autos, a funcional programática que irá atender a despesa.

7. Consta dos autos, a ficha financeira e documentos da profissional a ser contratada externamente, que possui experiência e especialidade no assunto a ser abordado e em seu ramo de abrangência, juntamente com as documentações necessárias, demonstrando a expertise, notório saber e qualificação.

8. Para fins de regular instrução processual, nos termos da Portaria nº 686/2020, verifico que o Termo de Referência foi aprovado pela autoridade máxima do setor demandante às fls. 63 dos autos.

9. Cumpre destacar que, conforme consta no item 2 do DOD, fls. 06, a referida contratação não consta do Plano de Contratação para o exercício de 2022, pois trata-se de demanda da Secretaria de Controle Interno não incluída na programação de cursos da Escola Judicial. Contudo, cumpre destacar que a demanda de cursos e capacitações desta Secretaria foi incluída no Plano de Capacitações/Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2022, aprovada pela Presidência por meio da Portaria nº 4325/2021-GP.

10. Assim instruídos, os autos foram remetidos a esta Secretaria para análise e parecer.

11. É o relatório.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Administração

II. ANÁLISE JURÍDICA:

II.1 DA FUNDAMENTAÇÃO:

12. A licitação pública é um procedimento administrativo por meio do qual a Administração, após uma sucessão pré-ordenada de atos formais, e segundo as regras definidas pelo edital, seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse e, em regra, esses contratos serão norteados pela Lei nº 8.666/93 c/c artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Ocorre que, vez ou outra o processo licitatório se mostrará como meio inadequado para atender ao interesse público, motivo pelo qual o dever de licitar da administração pública admite exceções.

13. A inexigibilidade de licitar, ocorrerá quando for inviável a competição entre os potenciais interessados, dada a singularidade do serviço técnico a ser contratado com profissional de notória especialização. Assim sendo, estão previstas na Lei Geral das Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº. 8.666/93, em seus artigos 24 e 25, as situações em que o agente público poderá deixar de promover o prélio licitatório, realizando contratação por indicação direta da pessoa do contratado, estabelecendo ainda as condições e requisitos a cada caso para fazê-lo. No primeiro dispositivo, temos os casos de dispensa e, no segundo, os de inexigibilidade de licitação.

14. Ainda neste cenário, a Carta Magna prevê expressamente a existência de casos que excepcionam o dever de licitar. São os casos das licitações tidas por **inexigíveis, dispensadas** ou **dispensáveis**. A contratação ora sob análise se amolda à hipótese de inexigibilidade de licitação, eis que se enquadra à hipótese do artigo 25:

Artigo 25. **É inexigível a licitação** quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Administração

empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

15. Deste modo, como deve ser contratado profissional ou empresa dotados de notória especialização, incumbe à Administração inferir qual desses profissionais ou empresas prestará o trabalho mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

16. Conforme ainda o perfil deste instituto, o fato de os incisos do artigo 25 da Lei de regência serem meramente exemplificativos, significa dizer que em todas as situações em que se verificar sua inviabilidade, a licitação será considerada inexigível.

17. A inviabilidade de licitar no caso em questão se justifica pela especialidade técnica e expertise da empresa e do profissional que irá ministrar o curso, sendo, portanto, aptos à plena satisfação dos fins almejados.

18. Assim, temos que este tipo de contratação se amolda com perfeição aos pressupostos exigidos para aplicação do instituto da inexigibilidade, estabelecido no artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a saber está previsto no rol de serviços técnicos do artigo 13 do mesmo diploma legal; a natureza do objeto é singular e exige-se, para sua consecução, alguém de especialização comprovada e experiência no assunto.

II.2 DA PUBLICAÇÃO:

19. No que tange, entretanto, à necessidade de publicação, em obediência as disposições do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, asseveramos, com base em acórdão





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 Secretaria de Administração

do Tribunal de Contas da União, que essa exigência desrespeita os princípios da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade.

20. Transcrevemos excertos do voto do relator e do acórdão referido, para alicerçar o pensamento mencionado, ressaltando que os valores previstos nos incisos 24 da Lei de Licitações foram alterados a partir de 19.07.2018, com a entrada em vigor da Lei nº 9.412/2018:

“(...) a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, incisos III a XXIV, e art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na imprensa oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, I e II, da Lei 8.666/93.

(...)

No entanto, ainda que se admita a efetiva possibilidade de enquadramento legal de uma despesa inferior a R\$-8.000,00 como inexigibilidade, fundamentada no art. 25, da Lei nº 8.666/93, para valores dessa magnitude não se aplica o disposto no art. 26 do Estatuto das Licitações.

(...)

Conforme mencionei anteriormente, a interpretação sistêmica da Lei nº 8.666/93 permite concluir que o valor determina a relevância da contratação e, por conseguinte, o nível de exigência mínima para que a contratação se efetive dentro do arco da legalidade. Desse modo, não se afigura razoável a lei facultar a dispensa de licitação para todas as contratações abaixo de R\$-8.000,00, mas exigir procedimentos mais rigorosos se a fundamentação for alicerçada em inexigibilidade de licitação.

(...)

Diante disso, se o suporte fático é idêntico e a lei faculta o enquadramento como dispensa de licitação, não há razão para exigir publicação quando a contratação abaixo de R\$-8.000,00 for alicerçada na inexigibilidade. A interpretação restritiva adotada no comunicado da Secretaria de Controle Interno se sustentaria apenas se restasse demonstrada a utilidade / necessidade em razão de alguma



TJPA PRO 202201202V01





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Administração

peculiaridade que a justificasse. (...)” (Acórdão 1.336/2006-Plenário TCU).

21. Em decorrência disso, considera-se dispensável a publicação no caso em questão, visto que o valor da contratação se encontra abaixo do estipulado no art. 24, II da Lei nº 8.666/93.

III. CONCLUSÃO

23. Por todo o exposto, e considerando que o serviço a ser contratado é de natureza singular, nos termos acima postos, a Administração poderá escolher, de forma discricionária e devidamente justificada, o curso a ser contratado em razão da notória especialização da empresa que o ministra.

24. Portanto, entendo satisfeitos os requisitos estabelecidos no artigo 25, inciso II c/c o artigo 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, não vislumbrando assim, impedimento jurídico à realização da inscrição no referido curso de capacitação em questão.

26. É o parecer, o qual submeto à apreciação superior.

Belém, 19 de abril de 2022.

Andreza Cassiano

Assessora Jurídica

